



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO- BRASILEIRA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

RUDINEY ROZA DIAS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DO SISAL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

RUDINEY ROZA DIAS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof.^a M.^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O51p

Oliveira, Rudiney Roza Dias de.

A política de desenvolvimento territorial sustentável no Território do Sisal / Rudiney Roza Dias de Oliveira. - 2018.

60 f. : il., mapas, color.

Monografia (especialização) - Instituto de Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

Orientadora: Prof.^a M.^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso.

1. Divisões territoriais e administrativas. 2. Política pública. 3. Território do Sisal (BA) - Administração. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 352.08142

RUDINEY ROZA DIAS DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 28/07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Vanessa Ingrid da Costa Cardoso (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Joilma Menezes Sales da Cruz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer aos meus guias espirituais, por toda força, ânimo e inspiração direcionando meus passos para alcançar minha meta.

À minha filha Iris, razão de tudo... pela minha ausência, pela pouca dedicação, pelas madrugadas em que fiquei estudando. E a mais nova integrante de minha família, Ianka, que surgiu na minha vida para trazer mais motivação e alegria.

AGRADECIMENTOS

Considerando este trabalho monográfico como resultado de uma caminhada que não começou na UNILAB, agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje.

Agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela contribuição direta na construção deste trabalho:

A minha orientadora Prof^ª. Me. Vanessa Ingrid da Costa Cardoso, por estar sempre disponível e pelos esclarecimentos que muito contribuíram na elaboração e execução deste trabalho. Por disponibilizar seu tempo às minhas dúvidas, tornando possível a finalização deste TCC.

Aos meus colegas de Curso, pelo fortalecimento e união que nos momentos mais tortuosos, serviu de incentivo para continuar.

Ao CODES SISAL, por contribuir para a realização deste trabalho, pela disponibilização do material necessário para a pesquisa documental. Por me acolher muito bem, me deixando à vontade para realizar a pesquisa não dificultando em nenhum momento a realização da mesma e em especial ao corpo técnico da instituição, que se propuseram a contribuir para a Pesquisa dando o seu depoimento e contribuindo com suas análises para a conclusão deste trabalho.

Agradeço em especial a Marcos da Silva Santos pelo incentivo que me deu durante não somente na elaboração deste trabalho, mas também ao longo do curso que com intercâmbio de encorajamento me fez chegar até o final deste curso.

No cenário de paisagens físicas e humanas bastante heterogêneas que caracterizam o estado da Bahia, o Território do Sisal emerge com peculiaridades marcadamente distintas das demais regiões que servem de berço para o multifacetado povo baiano. É nele que a Bahia assume com maior nitidez a sua condição de estado- membro da grande nação nordestina. Seja por suas características fisiográficas, no meio do sertão semiárido, seja pela história e pelos costumes que forjaram a identidade de seus habitantes.

[...]

Qualquer iniciativa voltada para a territorialização de políticas públicas a serem desenvolvidas pelos governantes não pode deixar de levar em conta esta fibra do sertanejo, tão forte quanto a fibra do sisal. (Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal)

RESUMO

Uma das principais marcas da última década no panorama das políticas para o desenvolvimento é a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural. O desenvolvimento territorial aparece fortemente como uma das possibilidades de resposta articulada entre o poder público e a sociedade civil diante dos problemas apontados como causas do subdesenvolvimento. Os movimentos sociais se fazem presente na sociedade brasileira atual e no Território do Sisal. Situado na região semiárida da Bahia, este Território se destaca presença da sociedade civil organizada, que exerce um papel importante na dinâmica espacial, uma maneira encontrada pela população, diante das dificuldades econômicas e sociais, para promover melhorias no contexto social. Com o objetivo de analisar a contribuição da sociedade civil organizada do Território do Sisal na implementação de políticas públicas territoriais na região do Sisal visando à inserção social, este estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e pesquisa de campo, descrevendo a composição do CODES SISAL e o desenvolvimento rural local. As reflexões aqui surgidas pretenderam discutir o conceito de políticas públicas no Desenvolvimento Local. A sociedade civil organizada do Território do Sisal discute no CODES SISAL a gestão dos recursos econômicos, analisando a melhor localização para investir determinados benefícios conquistados através da política territorial. O estudo realizado mostrou como a organização da sociedade civil pode consolidar mudanças sociais e econômicas, mesmo num contexto de controle político local. Mesmo com todos os problemas e resistências culturais e organizacionais, cada vez mais a área de desenvolvimento territorial assume papel fundamental na implementação de políticas públicas nos territórios.

Palavras-chave: Divisões territoriais e administrativas. Política pública. Território do Sisal (BA) - Administração.

ABSTRACT

One of the main brands of the last decade in the panorama of the policies for development is the emergence of territorial approach to rural development. The territorial development appears strongly as an articulate response opportunities between public authorities and civil society on the problems singled out as causes of underdevelopment. Social movements are present in the current brazilian society and the territory of Sisal. Located in the semi-arid of Bahia, this territory stands out the presence of organised civil society, which plays a major role in the dynamics of space, a way found by the population, under the economic and social difficulties, to promote improvements in the social context. With the purpose of analyzing the contribution of organised civil society from the territory of Sisal in the implementation of public policies in the area of territorial Sisal aiming at social inclusion, this study this is an applied research, approach qualitative, descriptive, bibliographical, documentary and field research, describing the composition of CODES SISAL and local rural development. The reflections here arising wished to discuss the concept of public policies in Local development. Organised civil society in the territory of the Sisal discusses the CODES SISAL economic management by analyzing the best location to invest certain benefits achieved through the territorial policy. The study showed how the civil society organization can consolidate social and economic changes, even in a context of local political control. Even with all the problems and cultural and organizational resistance, increasingly the area of territorial development assumes a fundamental role in the implementation of public policies in the territories.

Keywords: Public policy. Territorial and administrative divisions. Território do Sisal (BA) - Administration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa das mesorregiões do Estado da Bahia	22
Figura 2	Mapa Territórios de Identidade do Estado da Bahia	25
Figura 3	Trajatória do Desenvolvimento Territorial na Bahia	27
Figura 4	Mapa do Território do Sisal	31
Figura 5	Emblema do CODES SISAL	38
Figura 6	Estrutura organizacional do CODES SISAL	39
Figura 7	Composição do CODES SISAL - 2018	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição do território baiano	23
Quadro 2	Diretoria Triênio 2016/2018 do CODES SISAL	43
Quadro 3	Dimensões do Desenvolvimento, Eixos e Programas das políticas efetivadas na área dentro do Território do Sisal	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAEB Valente	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solitário da Região Sisaleira
APLB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ARCO SERTÃO	Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ASCOOB	ASCOOB Associações das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar.
ASCOOB Itapicuru	Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Itapicuru
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A
CAPPA	Conselho de Acompanhamento do PPA
CAR/Serrinha	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEAIC	Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santa Luz
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CET	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade
CODES SISAL	Colegiado Territorial do Território do Sisal
CODETER	Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável;
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FETRAF/BAHIA	Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDR-Sisal	Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Rurais
MOC	Movimento de organização Comunitária
PDT	Política de Desenvolvimento Territorial
PDTRS	Plano Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável
PPA	Plano Plurianual

PPA-P	Plano Plurianual Participativo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS Sisal	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e pequenas Empresas
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SETRAS	Secretaria de Trabalho e Ação Social
SICOOB	Sistema de Crédito Cooperativo
SICOOB Coopere	Cooperativa de Crédito Rural do Semiárido da Bahia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UNICEF	United Nations Children's Fund;
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	18
2.2	PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA BAHIA	21
2.3	OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL NA BAHIA	26
2.4	GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL	28
2.5	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS	29
2.6	O TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA	30
3	METODOLOGIA	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE	59

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas um dos principais pontos do panorama das políticas públicas para o desenvolvimento territorial é a crescente abordagem do desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar. Nesse sentido, a literatura apreciada tem evidenciado a questão da iniciativa local no desenvolvimento econômico esclarecendo que o território enquanto instrumento/estratégia conceitual e operativo viabiliza o processo de desenvolvimento sustentável rural e o fortalecimento e dinamização de sua economia. A concepção de desenvolvimento territorial emerge numa perspectiva de guiar-se por procedimentos que incluam a agricultura familiar como a base, destacando a cooperação entre os atores sociais locais. Para isso, o desenvolvimento sustentável e a gestão mais democrática em conformidade com as demandas levantadas pelos atores sociais são os focos desta abordagem.

Assim, a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) está pautada numa visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, políticas públicas e nas formas de atuação do Estado e dos diversos atores sociais no que tange a proporcionar a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social e combate à pobreza.

Nesse contexto, para tratar das políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, o Ministério do Desenvolvimento criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Com a elaboração do PPA 2008-2011, no Estado da Bahia, as políticas de desenvolvimento territorial modificam a ação do Estado em relação ao planejamento territorial estabelecendo a existência de 26 Territórios de identidade com base nas especificidades sociais e locais de cada região (SEPLAN, 2008). Dentre estes territórios, destaca-se o Território do Sisal.

Desde 1960, a sociedade civil se organizou para lutar por alternativas de sobrevivência numa região marcada pela seca, o Território do Sisal é por excelência um lugar de intensa atuação de organizações sociais- sindicatos, associações, cooperativas, organizações de mulheres, dentre outros – visando o desenvolvimento sustentável do meio rural e a luta pela inclusão social e promulgou diversas experiências de sucesso, como o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia (CODES SISAL), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) de Valente e a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia Ltda. (SICOOB Coopere).

A região conhecida como região sisaleira, incluído no chamado Polígono da Seca, está localizada no semiárido baiano, uma região caracterizada pelo clima seco, com longos períodos de estiagem e baixa média pluviométrica, apresentando irregularidades na distribuição de chuvas, e tem como biodiversidade a caatinga (IBGE, 2018; CODES SISAL, 2010).

Nesse sentido, o presente estudo busca responder ao seguinte questionamento: Quais as possíveis contribuições advindas da sociedade civil organizada do Território do Sisal para a implementação de políticas públicas territoriais da região? Na busca de responder a tal questão, determinou-se como objetivo geral do estudo: investigar a contribuição da sociedade civil organizada do Território do Sisal na implementação de políticas públicas territoriais na região do Sisal visando à inserção social.

Em sua operacionalização desenvolveu-se, na construção do caminho metodológico percorrido, os seguintes objetivos específicos: identificar as entidades que discutem as políticas públicas de desenvolvimento local sustentável no território do Sisal; analisar a atual estrutura socioeconômica do Território do Sisal; verificar as principais ações do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL.

Convém ressaltar que a escolha do tema na área de gestão foi feita em função de ser uma área complexa dentro do contexto territorial, pois desenvolvem outros campos e dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Deste modo, o assunto políticas públicas de desenvolvimento territorial tem importância significativa para o gestor público, uma vez que o mesmo poderá contribuir para um melhor desempenho das atividades desenvolvidas rotineiramente, possibilitando ainda a inclusão de novas ações que visem sempre fortalecer o desenvolvimento sustentável local.

Os levantamentos iniciais apontam que no Território do Sisal, a sociedade civil organizada contribui para a implementação de políticas públicas territoriais com forte atuação sobre a temática do desenvolvimento sustentável e agricultura familiar na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, articulando ações na melhoria das condições de vida e na aplicação destas políticas na gestão social visando o atendimento às necessidades locais, e este trabalho busca verificar a relevância da formação e a atuação de movimentos e organizações sociais frente a questão do desenvolvimento territorial, em especial no Território do Sisal de tais práticas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com aplicabilidade de pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo com aplicação de

entrevistas semi-estruturadas em instituições da sociedade civil, atuantes no Território do Sisal, em especial lideranças do CODES SISAL. Para o desenvolvimento e elaboração deste trabalho, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica acerca da temática, principalmente com base em trabalhos que já discutiram essa temática, especificamente documentos que fundamentam o Plano Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS); revistas; mapeamentos e relatórios de avaliação do processo de implantação da política territorial na Bahia; paralelamente, também levantamento de dados de fonte secundária, junto a algumas organizações que atuam no Território do Sisal.

O trabalho está apresentado em cinco seções. Desse modo, inicia-se com a introdução apresentando o escopo do estudo, em seguida são abordadas algumas reflexões sobre o Desenvolvimento Territorial no Brasil, o Planejamento, Regionalização e Políticas Territoriais na Bahia, bem como os instrumentos da política territorial na Bahia. Além disso, trata-se de descrever o Território do Sisal na Bahia, a Gestão da Sustentabilidade Social e a trajetória dos movimentos sociais articulados. Então, são apresentados detalhadamente os procedimentos metodológicos. Em seguida, os resultados da pesquisa e finalmente a conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção trata acerca dos aspectos teóricos e empíricos tratados anteriormente pela literatura, no que concerne ao desenvolvimento territorial, políticas públicas e especialmente sobre a região em análise.

2.1 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

No Brasil, o debate atual sobre o desenvolvimento territorial se fundamenta na necessidade de identificar e valorizar o espaço local, construindo uma identidade territorial no enfrentamento da pobreza rural e da desigualdade regional, e que se enquadra em uma discussão mais ampla sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade (ABRAMOVAY, 2003).

Lima (2014, p. 67), aponta que:

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada a basicamente três argumentos: a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas; b) perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira; c) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Ultrapassando a concepção de região que aparece como uma área marcada por um conjunto específico de elementos climáticos, geológicos, hidrográficos e biosféricos, econômicas, e humanas, “o território é investigado a partir de uma dinâmica própria de interação e articulação de seus componentes” (SILVA; OLALDE, 2009, p. 49). Atualmente, o território é um conceito amplamente utilizada pelos atores sociais e políticos engajados nos processos de desenvolvimento rural.

Situar a questão do desenvolvimento territorial sugere pensar no significado de território que Santos (2006, p. 13), de forma objetiva, traduz como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Desta forma, o território é uma construção social. Sua apropriação pelos grupos tem vários sentidos, às vezes econômico, ideológico, político etc.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas: acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço (SANTOS, 2006, p.16).

Frente a esse panorama Lima (2014, p 60) destaca que o entendimento de território possui uma organização complexa que vai muito além de seus elementos naturais, diz respeito às relações dos indivíduos e empresas dentro de um determinado espaço geográfico. O Território está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação espacial entrelaçado por raízes históricas, configurações políticas, biológicas, culturais, sociais, econômicas que atuam no desenvolvimento local. A autora aponta ainda que o território possui um caráter cíclico (que varia com o tempo), móvel (que se desloca nas mais diferentes dimensões territoriais) e que se organiza a partir de redes que se interligam pelo fluxo de informações ou contatos dentro dos ciclos econômicos e setoriais do desenvolvimento.

Para Silva e Olalde (2009 p 51-52), o termo território no contexto geográfico, privilegia as relações de poder estabelecidas sobre uma determinada área do espaço geográfico apresentando quatro características básicas.

- a) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente, desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- b) em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;
- c) os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização;
- d) assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global

(SILVA e SILVA, apud SILVA; OLALDE, 2009 p 51-52)

Dessa forma, para os autores anteriormente citados, os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas pela maneira como se organizam. Assim, o território pode ser visto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais e que procuram identificar e resolver problemas comuns.

Pensar o desenvolvimento com uma abordagem territorial sugere que o governo reconhece as desigualdades sociais e regionais, assim como a importância da participação dos atores locais na discussão e definição dos rumos do processo de desenvolvimento de seu território. (...) abordagem territorial permite também tratar de forma mais abrangente problemas que não podem ser resolvidos de forma isolada por não respeitarem a fronteira divisória dos municípios, como é o caso, por exemplo, do acesso ao mercado ou das questões ambientais (SILVA; OLALDE, 2009, p. 54)

Logo, o conceito de desenvolvimento territorial ganhou destaque na formulação das políticas públicas brasileiras, especialmente aquelas voltadas para o desenvolvimento rural e para a agricultura familiar. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, o governo brasileiro optou pelo enfoque territorial como elemento norteador de políticas públicas.

Com o objetivo de responder as carências básicas dos indivíduos, ampliando as oportunidades de geração de renda de forma sustentável a partir de demandas locais, a SDT implementou políticas públicas de desenvolvimento territorial colaborando para abolir antigos e novos problemas que afligem a população brasileira, como a pobreza, a desigualdade regional e o desenvolvimento sustentável.

Em várias regiões do Brasil, as políticas de desenvolvimento territorial, articuladas com as políticas sociais de educação e saúde, têm sido apresentadas como a forma privilegiada, para não dizer única, de intervenção do Estado (LIMA, 2014). O desenvolvimento territorial deve ser encarado como um processo complexo de mudanças, e transformações de ordem política, econômica e principalmente, humanas e sociais, conforme Tecchio (2012 p. 55) apresenta:

[...] a inclusão da abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural se apoia basicamente em quatro aspectos: a) o rural é mais abrangente que o setor agrícola; b) a escala municipal é restrita para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento; c) a escala estadual é bastante ampla para tratar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento; e d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e

instituições, que podem ser mobilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento.

Sob essa ótica, fica evidente que a abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural pressupõe que as ações dos programas podem ser melhor executadas, se comparada ao recorte municipal, já que muitos projetos podem contemplar mais de um município, devido aos aspectos semelhantes no âmbito econômico, cultural, social e ambiental.

2.2 PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA BAHIA

A Bahia ocupa uma área de 567.692,669 km², ocupando 64% da região do semiárido nordestino dividido em 417 municípios, e, conforme estimativa populacional realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado abriga cerca de 15,2 milhões habitantes.

O Estado da Bahia é, indubitavelmente, um dos mais plurais da nossa Federação. Sob os múltiplos aspectos que se analisa um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Temos um Estado com o maior número de biomas e com um rico e variado processo de formação de seu povo, oriundo da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos dos diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses entre outros). (BARRETO, 2014 p. 11)

Sob a ótica econômica, o Estado se baseia na indústria (química, petroquímica, informática, automobilística e suas peças), agropecuária (soja, sisal, mandioca, feijão, cacau e coco), mineração, turismo e o ramo de prestação de serviços. Vale destacar que o turismo é um segmento econômico de grande importância para o Estado, pois está entre as principais fontes de renda gerando muitos recursos na economia estadual (BARRETO, 2014).

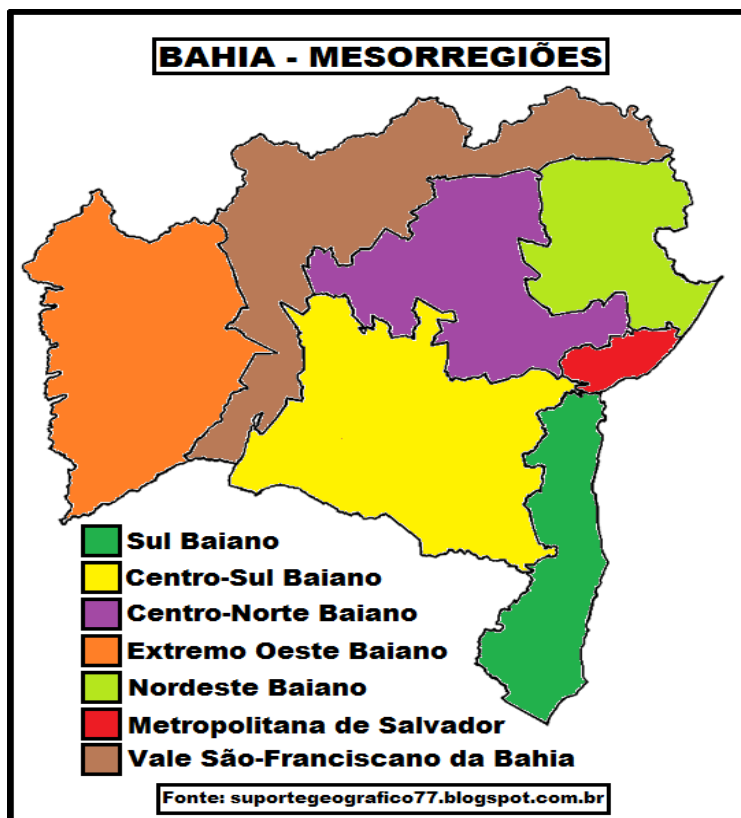
Para Barreto (2014), o Estado da Bahia foi dividido em regiões econômicas, assim como a nível nacional, que serviu fundamentalmente para a delimitação das áreas que receberiam os maiores investimentos. “Em linhas gerais, do ponto de vista da dinâmica socioeconômica e sua relação espacial, observa-se, no Estado da Bahia, três grandes áreas: o Litoral, o Oeste e o “miolo” ou o Semiárido, cada uma com características específicas”. (BARRETO, 2014 p. 11).

O IBGE agrupou, sobretudo para fins estatísticos, os municípios baianos em sete mesorregiões que são: Extremo Oeste Baiano; Vale São Franciscano da Bahia; Centro-Norte

Baiano; Nordeste Baiano; Região Metropolitana de Salvador; Centro-Sul Baiano; e Sul Baiano. Sendo que cada mesorregião é dividida em 32 microrregiões e formado por um conjunto de 417 municípios.

As delimitações regionais das mesorregiões do Estado da Bahia estão descritas na Figura 1.

Figura 1 - Mapa das mesorregiões do Estado da Bahia



Fonte: Suporte Geográfico (2018).

Entende-se por mesorregiões, grandes regiões do estado que foram definidas pelas seguintes dimensões: as semelhanças naturais, sociais e as relações entre seus habitantes e a natureza pela posição geográfica, pelas atividades econômicas, entre outras características. Cada uma das mesorregiões baianas divide-se em microrregiões (IBGE, 1990).

O quadro 1 apresenta a distribuição das sete mesorregiões do território baiano:

Quadro 1 - Distribuição do território baiano

Mesorregiões Geográficas do estado da Bahia	Microrregiões	Nº Municípios
• Extremo Oeste Baiano	– Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória;	24
• Vale Sanfranciscano da Bahia	– Barra, Bom Jesus da Lapa, Juazeiro e Paulo Afonso;	27
• Centro Norte Baiano	– Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Jacobina e Senhor do Bonfim;	80
• Nordeste Baiano	– Alagoinhas, Entre Rios, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal e Serrinha;	60
• Metropolitana de Salvador	– Catu, Santo Antônio de Jesus e Salvador;	38
• Centro Sul Baiano	– Boquira, Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Livramento de Nossa Senhora, Seabra e Vitória da Conquista;	118
• Sul Baiano	– Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro.	70

Fonte: Elaborado com base em IGBE (2012).

De acordo com o IBGE (2018), as microrregiões são um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual.

A aplicabilidade dessas subdivisões reporta à: Elaboração de políticas públicas; subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. (IBGE, 2018, s/n).

As microrregiões foram definidas como subdivisões das mesorregiões, que apresentam especificidades quanto à organização do espaço e reúnem certo número de municípios, sendo um deles o município-sede.

A partir de 2006, o Estado da Bahia passa por importantes mudanças políticas. Nesse cenário, o Governo da Bahia adota as orientações sugeridas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em relação ao enfoque territorial, abandonando a abordagem estritamente econômica e dos eixos de desenvolvimento e introduz uma política de territorial como instrumento de planejamento do Estado, priorizou uma abordagem sociocultural e adota uma divisão que estabelece os Territórios de Identidade que redireciona as políticas públicas na Bahia identificando locais onde haveria grandes oportunidades para investimento (BARRETO, 2014).

A esse respeito, apresenta-se a seguinte colocação:

Identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada Território possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (BARRETO, 2014 p. 11)

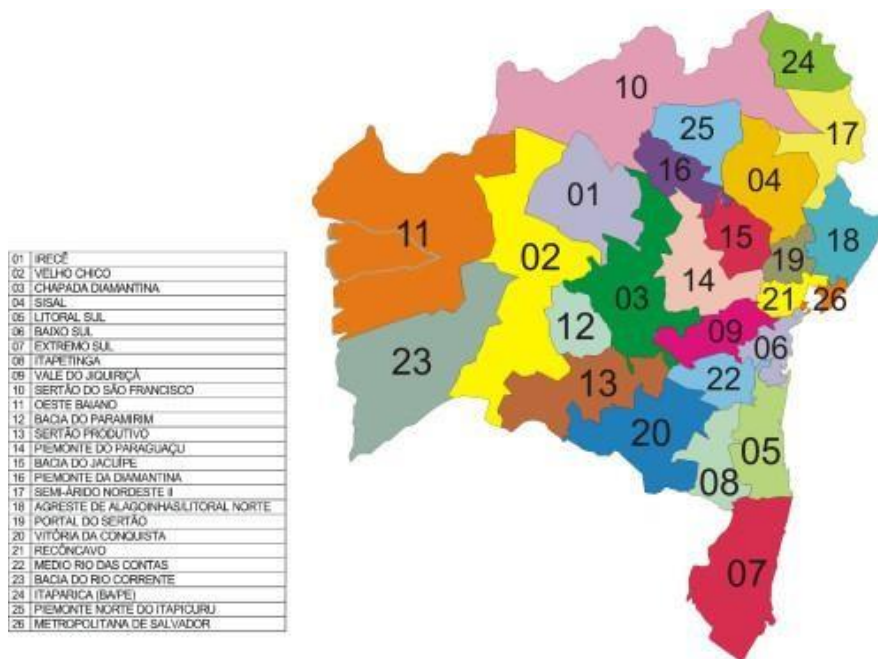
Barreto (2014, p. 12) esclarece que os 26 Territórios de Identidade foram “organizados a partir dos aspectos das organizações sociais e locais de cada região”, contribuindo assim para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações públicas no Estado, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais. Souza (2008) aponta que o cenário apresentado produziu uma mudança qualitativa na realização de políticas públicas no Estado, em que os movimentos sociais tiveram a oportunidade de interferir na elaboração, e acompanhamento da execução das políticas públicas, a partir de um diálogo aberto entre sociedade civil e poder público.

A Lei nº 13.214/2014, no Art 1º, § 1º entende o território de identidade como:

[...] a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia. (BAHIA, 2014)

Já o § 2º do referido art, aponta que as extensões espaciais dos Territórios de Identidade podem ser modificadas a cada Plano Plurianual – PPA, considerando os métodos especificados em Decreto e em Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER (BAHIA, 2014).

Figura 2 - Mapa Territórios de Identidade do Estado da Bahia



Fonte: Seagri (2018)

Segundo Flores (2014), os territórios de identidade aparecem mais bem definidos no Plano Plurianual Participativo 2008-2011 (PPA), um importante instrumento para entender a nova política de desenvolvimento regional do estado da Bahia. Este documento institucional foi o primeiro a abordar os Territórios de Identidade como unidade de planejamento.

Para a formulação e implementação das ações que integram o Plano de Governo, adotou-se a priori o conceito de Território de Identidade utilizado pela Coordenação dos Territórios e Movimento da Agricultura Familiar e MDA, onde o sentimento de pertença da população, associado a características socioeconômicas, políticas, culturais e geo-ambientais de cada espaço, constituiu um elemento essencial para a definição e delimitação dos 26 territórios baianos. (BAHIA, 2007, apud FLORES, 2014, p. 22)

Quando se apresenta os territórios como unidades de planejamento para as políticas públicas do Estado isto possibilita o planejamento das ações de desenvolvimento do Estado, de acordo com as demandas da população de cada região, que são representadas por órgãos da sociedade civil organizada (SOUZA, 2008).

Segundo Flores (2014), o governo da Bahia adota a divisão territorial denominada de territórios de identidade “como estratégia espacial de alocação de investimentos, considerando múltiplos aspectos: socioeconômicos, políticos, culturais, geoambientais, e a

teia de relações sociais e econômica de cada espaço” (FLORES, 2014 p 28). Desta maneira, o intuito foi de articular e facilitar os fluxos da economia local, regional, nacional e internacional buscando diminuir as desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores sociais.

O Estado da Bahia contempla três políticas diferentes de divisão territorial: do governo federal, o Programa Territórios Rurais (TRs) e o Programa Território da Cidadania (TCs), e uma do governo estadual, denominada Programa Territórios de Identidade (TIs). Diante disto, as políticas territoriais baianas – integradas às políticas territoriais federais – desejam criar as condições necessárias para que os atores locais, organizados em colegiados territoriais, atuem como força decisiva nos processos de gestão e planejamento público sendo que as políticas dirigidas às áreas rurais devem colaborar para a criação de diferentes possibilidades de inserção da população rural em novos mercados (de produto, de serviços e de trabalho). (FLORES, 2014; ORTEGA; PIRES, 2016).

“Os objetivos dos TIs são: crescimento econômico; fortalecimento dos pequenos empreendimentos; ampliação do emprego e melhor distribuição de renda; maior qualidade de vida; equilíbrio (social, de gênero, étnico, racial e territorial); e fortalecimento de identidades culturais”. (ORTEGA; PIRES, 2016, p. 66).

Neste sentido, é essencial que atualmente os territórios baianos se organizem dentro das políticas nos diferentes níveis de governo implementando processos cada vez mais crescente no planejamento, monitoramento e gestão dessas políticas formando colegiados territoriais que devem se responsabilizar pela gestão das políticas e programas de desenvolvimento.

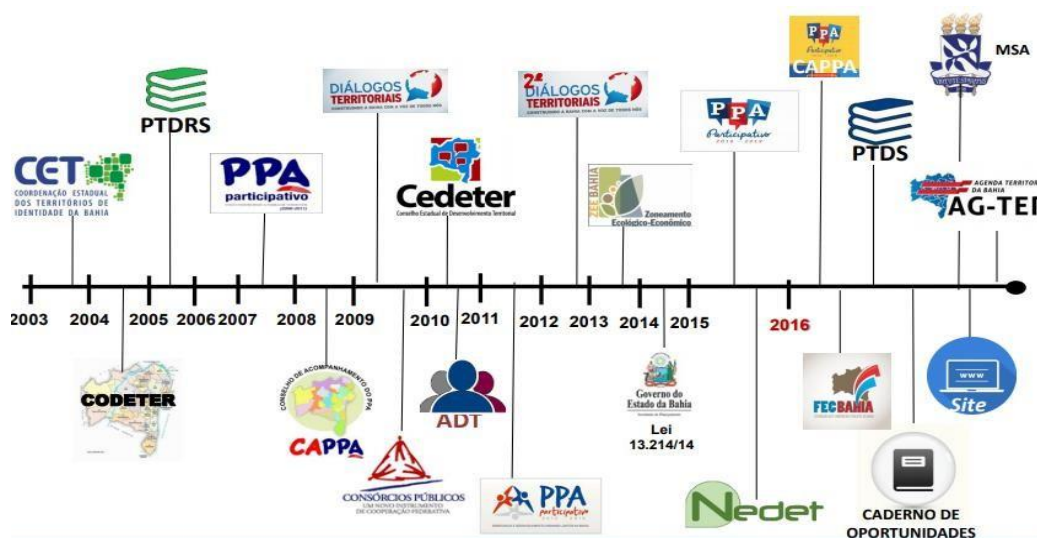
2.3 OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL NA BAHIA

A inserção da política de desenvolvimento territorial a partir dos aspectos sociais e locais de cada região foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia. Para tanto, em 2010, foi instituído o Decreto nº 12.354 com o objetivo de elaborar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável através do Programa Territórios de Identidade, orientando o planejamento e a gestão das políticas públicas estaduais. Este decreto estabelece que a responsável pela coordenação do programa é a Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN), devendo subsidiar a elaboração do planejamento territorial de políticas, ampliando a participação social na gestão das políticas de modo que valorize a diversidade cultural, econômica, social e geográfica (BAHIA, 2010).

Uma evidência desta territorialização é a criação da CET (Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade), vinculada à Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN/BA), e responsável pela articulação da sociedade civil (organizada) com as instituições públicas. A Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET aponta que “a abordagem territorial do desenvolvimento busca estabelecer articulações entre o governo e sociedade, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a equidade no acesso a oportunidades sociais e econômicas e a cidadania” (FLORES, 2014 p. 23). E assim, seleciona as demandas prioritárias e define as propostas para implementação de políticas públicas. Além do CET, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) é criado para articular políticas eficientes que viabilizem a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PDTs).

A Figura 3 a seguir refere-se ao percurso da implementação das políticas de desenvolvimento territorial no Estado baiano.

Figura 3 - Trajetória do Desenvolvimento Territorial na Bahia



Fonte: MATTOS (2018)

A Figura 3 mostra os diversos instrumentos de construção do processo de desenvolvimento sustentável territorial baiano. Para contribuir com Planejamento e Gestão Territorial, o Governo do Estado da Bahia implantou alguns elementos indispensáveis para a definição e execução dos eixos temáticos, programas e projetos, definidas e controladas pelos agentes protagonistas do Território mediante um processo de participação ativa e democrática dos quais podemos destacar: Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável – CODETER; Plano Plurianual Participativo – PPA-P; Conselho de Acompanhamento do PPA –

CAPPA; Plano Territorial De Desenvolvimento Sustentável – PTDS; Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE; Consórcio Público.

“Outras institucionalidades como os Consórcios Públicos Municipais, além de órgãos dos governos municipais, estaduais e federal, são também importantes agentes operativos da política de desenvolvimento territorial no Estado” (ORTEGA; PIRES, 2016, p. 67).

Agora, este conjunto de espaços e órgãos instituídos por força de Lei fazem com que todas as secretarias se apropriem do pensamento territorial e planejar e executar suas ações com base nos territórios de identidade.

2.4 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O modo de vida pós-capitalista levou não apenas o homem, mas também o próprio espaço urbano a degradações. A desigualdade social, o uso excessivo dos recursos naturais por uma parte da população enquanto a outra cresce desmedidamente são fatores que são extremamente combatidos no âmbito da sustentabilidade social (NASCIMENTO, 2012).

Do ponto de vista econômico, o crescimento tem que ser definido de acordo com a capacidade de suporte de uso e restauração dos ecossistemas (maior equidade e aumento da eficiência econômica). É o Desenvolvimento Sustentável preservando a biodiversidade e mantendo o respeito aos limites do ambiente natural, preocupando-se em promover a coesão e a mobilidade social, respeitando a identidade cultural de cada mercado, pois, enquanto existem coisas em comum na evolução dos movimentos ambientalistas, existem também diferenças fundamentais. (NASCIMENTO, 2012, p. 38)

Segundo Nascimento (2012, p. 35), o “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Para o autor, o tripé básico no qual se apoia a ideia de Desenvolvimento Sustentável é formado pela atividade econômica, o meio ambiente e bem-estar da sociedade, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

O desenvolvimento rural sustentável, dentro de uma abordagem territorial, depende do reconhecimento das diversidades territoriais, da organização social e da concertação entre os diversos atores presentes no território, além da construção de novas institucionalidades em torno de projetos comuns que contribuam para um

processo de desenvolvimento rural sustentável, mas que não exime o Estado de sua atuação direta. (BELTRÃO; SAYAGO, 2010, p.145)

O desenvolvimento sustentável tem como eixo central a melhoria da qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo (NASCIMENTO, 2012).

2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS

O desenvolvimento social constitui-se como uma forma histórica pelos quais os homens lutam, pelo destino do mundo em que vivem. A partir do momento em que o desenvolvimento deixa de ser um problema da economia e se transforma numa questão que os interesses e necessidades de determinados grupos não são supridos devidamente pelo Estado ou pelos nossos representantes políticos os movimentos sociais tornam-se uma ferramenta de intervenção para estes conflitos de interesses (FAVERO, 2003).

Segundo Favero (2003), a sociedade civil é compreendida como a organização de representação de indivíduos que se dispõe a lutar em prol de políticas sociais e públicas e na garantia direitos de vários grupos dentro de uma sociedade atuando como força política encaminhando ações/soluções para os conflitos sociais por meio de ações protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Nas organizações locais de movimento social, encontramos o associativismo local, como as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o terceiro setor. Citamos como exemplos dessas organizações localizadas: grupo de mulheres, grupos de jovens, núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, associações de bairro, etc. Estas organizações com a intenção de se organizar e de se fortalecer, vêm ao longo do tempo participando de redes e de articulações inter-organizacionais (FAVERO, 2003).

Os movimentos sociais e a participação política constituem um processo de amadurecimento da interação entre os atores que compõem a sociedade, construído com base nas relações sociais de cooperação ou de solidariedade. Isto se constitui como fundamentos do desenvolvimento sustentável. Pelo fato de construir meios que produzam políticas públicas a segmentos excluídos do processo social na efetivação de direitos. (FAVERO, 2003 p. 26)

De maneira geral, os movimentos sociais provocam impactos conjunturais e estruturais em instituições vinculadas com o Estado e na própria sociedade e o reconhecimento de suas ações impulsionam mudanças nesta mesma sociedade.

2.6 O TERRITÓRIO DO SISAL NA BAHIA

O Território do Sisal está situado no semiárido baiano. A área territorial caracteriza-se por ser uma região localizada 100% no polígono da seca, apresentando clima seco, com longos períodos de estiagem e baixa média pluviométrica, com irregularidades na distribuição de chuvas, e tem como biodiversidade a caatinga (CODES SISAL, 2010).

Este Território se destaca pela simplicidade de sua organização urbana, econômica na utilização dos espaços. Devido as suas características naturais, a economia desenvolvida é constituída da pecuária de pequeno porte (caprinos e ovinos), e a mineração (ouro, areia, arenoso, argila, cromo, pedra de revestimento e pedra ornamental), pela agricultura e o extrativismo de subsistência (licuri, mangaba, umbu, castanha-de-caju, feijão, milho e mandioca), dedicando-se principalmente a cultivar sisal ("*Agave sisalana*") em escala comercial sendo usado na elaboração de tapetes, cordas e artesanato. O desenvolvimento local da região é demarcado por pequenos empreendimentos, tanto no setor agropecuário, quanto no comércio.

Formado por 20 municípios que carregam entre si características socioespaciais semelhantes: Araci, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Candeal, Cansanção, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Possui uma população total de 554.711 habitantes em uma área de 20.454 km². Foi o primeiro a ser identificado no país como Território de Cidadania e, pelo Estado, como Território de Identidade (CODES SISAL, 2010).

Figura 4 - Mapa do Território do Sisal



Fonte: PTDRS Sisal (2010)

O Território do Sisal resulta de uma série de fatores histórico-geográficos criados a partir da fixação da política de territórios rurais por produtores organizados em associações/cooperativas e agroindústrias, vindos dos setores produtivos da cultura do sisal e implementadas pelo MDA/SDT. “Traz consigo uma história de organização dos movimentos sociais e de articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável.” (CODES SISAL, 2010, p. 12)

Segundo Silva (2012 p, 18) “Esse Território, como a maioria dos territórios rurais brasileiros, é marcado pela concentração de terras, pela pobreza e miséria dos seus habitantes, pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades de educação, saúde e geração de renda”. Tornar o semiárido viável sempre foi uma bandeira dos movimentos sociais. Há décadas, muitas organizações da sociedade civil lutam por isto.

Do debate atual sobre desenvolvimento territorial, nota-se que “Devido a sua organização, percebe-se que há avanços e recuos nos aspectos econômicos, políticos e sociais, sendo que a questão da vulnerabilidade social ainda é um tema inquietante no Território do Sisal” (CODES SISAL, 2010, p. 48).

Estudos como os dos autores Beltrão e Sayago (2010), Gomes (2006), Nascimento (2008), Lima (2014), Souza (2008) e CODES Sisal (2010) têm mostrado a existência de experiências que tem contribuído para sinalizar mudanças no cenário político-social do Território do Sisal. De acordo com autores citados, o território por ser uma região marcada pela seca, possui forte atuação de organizações sociais tais como, sindicatos,

associações, cooperativas, organizações de mulheres, coletivos de jovens dentre outros que buscam alternativas de sobrevivência no semiárido visando o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Em seu texto, Silva (2012) discorre sobre o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território do Sisal estabelecendo ações que são prioridade no território. Vale destacar as atividades envolvendo:

- i. agricultura familiar – apoio as cadeias produtivas e o acesso e permanência do agricultor na terra;
- ii. educação – acesso ao ensino superior e escolas de educação no campo;
- iii. meio ambiente – combate as queimadas e desertificação;
- iv. saúde – ampliação e qualificação do atendimento da saúde pública e diversificação e oferta de novos serviços;
- v. infraestrutura- ampliação da eletrificação rural e acesso a moradias populares.

A construção do PTDRS leva em consideração a proposta de fixação da estratégia de desenvolvimento territorial que tem como intuito unir diversos atores sociais, sejam eles instituições, entidades ou pessoas, na concretização do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais do Território do Sisal.

Os recursos da Secretaria possibilitaram a realização de várias oficinas com a finalidade de construção do PTDRS, decidindo-se quais as áreas prioritárias para o investimento público no Território, ficando definido que as ações, primeiramente, deveriam ser nas cadeias produtivas e em projetos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. (SILVA ; OLALDE, 2010, p.56)

Efetivamente, o desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido dentro do Território do Sisal só acontece se os atores públicos e sociais se envolverem na construção de políticas que tornem mais possíveis condições vida para todas as pessoas no semiárido.

Dentro da abordagem territorial, o Território do Sisal é representado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), que articula e combina ações de diversas entidades sociais e de gestores públicos na gestão de políticas públicas em torno da Convivência com o Semiárido.

“O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira nasceu a partir da demanda da sociedade civil, sobretudo dos movimentos sociais, para discutir as políticas públicas com os gestores locais.” (ORTEGA; PIRES, 2016, p. 160).

Em seu texto, Silva e Olaide (2009) apresentam o CODES SISAL como uma entidade de articulação e mobilização em que os representantes das entidades participantes do conselho operacionalizam as ações em cada município. Assim, O CODES SISAL transforma-se em um importante articulador e promotor de políticas que visa o desenvolvimento do Território, constituindo-se como um instrumento de estímulo das potencialidades técnicas e políticas de implementação do desenvolvimento sustentável, na execução dos projetos, programas e ações, que beneficiaram inúmeros grupos sociais, cooperativas/associações locais e prefeituras municipais no Território do Sisal formando novos arranjos participativos.

A partir dos aspectos apresentados, compreende-se que o território passou a ser influenciado por políticas territoriais, desenvolvendo como estratégia para conviver com as adversidades o fortalecimento da agricultura familiar. A organização social, a proposta de iniciativas de geração de renda, fixando o homem no campo e contribuindo para o uso racional do meio ambiente são princípios socioprodutivos intermunicipais que caracterizam o Território do Sisal.

3 METODOLOGIA

Este estudo se pautou em pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, com levantamento e análise de dados, proporcionando maior familiaridade com o tema estudado. A abordagem utilizada foi a qualitativa, pois envolve a obtenção de dados descritivos buscando um contato mais próximo com o tema abordado.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases, sendo a fase inicial, durante o levantamento bibliográfico, na qual se realizou a leitura do material encontrado, para obtenção de uma visão global do contexto, considerando os objetivos do estudo sobre Política de Desenvolvimento Territorial. Obteve-se ainda a literatura especializada através de consulta a documentos eletrônicos referenciais da atual política territorial, especificamente dos documentos que fundamentam o PDTRS; revistas; mapeamentos e relatórios de avaliação do processo de implantação da política territorial em na Bahia; paralelamente, também foi feita uma consulta à jornais e revistas, relatórios de atividades, projetos elaborados de várias organizações que atuam no Território do Sisal.

A busca nos bancos de dados por informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento territorial foi utilizando-se os descritores: Desenvolvimento Territorial no Brasil, Planejamento, Regionalização, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar, a Gestão da Sustentabilidade Social e a trajetória dos movimentos sociais articulados.

Na análise interpretativa do material levantado em relação aos objetivos do estudo, foi efetuada pesquisa de campo realizando entrevistas semiestruturadas a 5 membros do corpo técnico administrativo do CODES SISAL, com o intuito de identificar as possíveis contribuições para a implementação de políticas públicas territoriais da região, e também por este ser o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por explicar a razão dos aspectos relevantes ao estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção busca descrever os resultados da análise realizada, em função dos objetivos traçados para este estudo. Para tanto, os resultados foram divididos em três blocos: apresentação da caracterização do CODES Sisal; a participação da Sociedade Civil no desenvolvimento rural local no Território Sisaleiro e evidenciar as políticas efetivadas na área dentro do Território do Sisal.

A sociedade civil organizada do Território do Sisal tem contribuído em discussões sobre projetos de desenvolvimento voltados para ações de democratização dos espaços públicos com o intuito de construir um espaço geográfico melhor com qualidade de vida enfrentando das condições do semiárido e as diversidades ambientais locais.

No final da década de noventa, os movimentos sociais do Território do Sisal iniciaram um processo de articulação conjunta em busca de melhores condições de sobrevivência, iniciando um novo discurso de convivência e potencialização dos elementos sociais com o propósito de realizar a promoção do desenvolvimento com princípios sustentáveis e com atenção às características rurais da região, buscando, inclusive, a parceria de atores públicos. “Sendo que a participação social e a integração de ações estatais em todas as esferas do poder foram fundamentais para a construção dessa estratégia”. (GOMES, 2006 p. 34).

Para o fortalecimento da participação da sociedade civil nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável no Território do Sisal foi necessário o apoio de entidades parceiras tais como a United Nations Children’s Fund – UNICEF; Every Child (Inglaterra); Cordaid (Holanda); Associação dos Pequenos Agricultores (APAEBs); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS), Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE) e outros programas e projetos destinados às políticas públicas com assistência técnica e financeira. (MOC, 2010).

Outro importante promotor do desenvolvimento e de transformações no Sisal tem sido os STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) na mobilização (e na articulação) social de um grande número de trabalhadores rurais e agricultores familiares. O MOC (Movimento de organização comunitária) caracteriza-se como uma instituição que promove a capacitação técnica de vários grupos sociais em cinco áreas específicas: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Semiárido, Programa de Gênero, Programa de Educação Rural, Programa de Políticas Públicas e Programa de Comunicação.

Estes movimentos sociais impulsionaram ainda a criação do Centro de Apoio aos

Interesses Comunitários de Santa Luz – CEAIC; e, em 2000, Cooperativas de Crédito, Sistema de Crédito Cooperativo – (SICOOBs) e Associações das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB).

A criação da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) teve como foco a mobilização, articulação e assessoramento dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios do Território do Sisal e sua articulação externa com outras entidades regionais da sociedade civil.

Nos municípios do Território do Sisal, desde 1960, a sociedade civil se organizou e promulgou diversas experiências de sucesso, como, por exemplo, o CODES SISAL (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia), a APAEB Valente e o SICOOB Coopere. Cabe destacar que as experiências citadas da participação da sociedade civil foram importantes para o surgimento de tantas outras iniciativas e mais recentemente na estrutura organizacional de uma “rede de coletivos sociais organizados”, como destaca Lima (2010). Ressalta-se ainda, que são experiências representativas que surgem de um quadro social complicado, além de concentrar um conjunto de ações pautadas na mobilização e participação da sociedade civil organizada em busca da democratização e transformação social.

A participação da sociedade civil se dá principalmente com o crescimento e fortalecimento do associativismo nos municípios do Território do Sisal com destaque para aquelas de natureza mais comunitárias e/ou produtivas, nos processos de convivência com o semiárido, em captação da água da chuva, em tecnologias alternativas das mais variadas, como: fundo de crédito, gerenciamento da produção, caprinocultura e outras modalidades de aumentar a renda familiar.

Como resultado da análise dos dados coletados por meio de entrevista com membros do corpo técnico administrativo do CODES SISAL, observou-se que os principais pontos em destaque, em especial nos estudos que tratam das ações da sociedade civil organizada, evidenciam que a participação no desenvolvimento local sustentável está associada à organização democrática inserindo os agentes sociais na gestão política, especialmente para a atuação organizada de associações, entidades civis, sindicatos, movimentos, organizações não governamentais, o que tem provocado uma mudança das estruturas administrativas e implementação de um novo modelo de gestão pública.

Diante da pesquisa realizada, os desafios da sustentabilidade discutidos atualmente são os mesmos de antigamente. O cruzamento dos dados coletados revelou que apesar da histórica capacidade de articulação/mobilização social e das recentes experiências

de sucesso, o Território do Sisal ainda apresenta pobreza, exclusão social e baixo dinamismo econômico e que a participação da sociedade civil organizada ainda tem muito por percorrer com o intuito de atingir um nível de desenvolvimento social e econômico considerável.

Neste sentido, é necessário ampliar a atuação da sociedade civil, com intuito de direcionar esforços mais expressivos para a gestão e acompanhamento das políticas no âmbito local, com vistas a possibilidade de mudanças mais concretas na dinâmica sócio espacial do Território do Sisal.

Segundo informações coletadas junto aos membros do corpo técnico administrativo do CODES SISAL, o processo de conscientização e de organização da sociedade civil no Território foi impulsionado pela atuação fundamental do Movimento de Organização Comunitária – MOC, que contribuiu de forma marcante nas transformações sociais e culturais no Território. A entidade na sua trajetória no Território do Sisal é um dos responsáveis pelo empoderamento e fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária e na formação cooperativa fortalecendo a sociedade civil nas diversas organizações que lutam por melhorias sociais.

Tomando com base a fala dos autores CODES SISAL (2010) e Silva e Olalde (2010), para a abordagem territorial o Conselho tem como missão contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável, focando a cidadania, a erradicação da exclusão social e o avanço da qualidade de vida. Nesse contexto, uma das missões da entidade é a “Promoção e valorização da Agricultura familiar, da economia solidária e da cultura do Território.” (CODES 2010, p. 17).

Na pesquisa de campo, ficou evidente que os STRs não apenas representam a classe dos trabalhadores rurais como também se organizam/lutam diante do poder público, participando na efetivação de melhores condições de vida para a realidade local, em especial da zona rural.

A partir de todo o acúmulo de capacitações em cooperativismo e associativismo promovidos pelo MOC foi impulsionado o desejo de organização e superação das dificuldades presentes no semiárido e a criação da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB.

De acordo com as informações coletadas com o corpo técnico administrativo do CODES SISAL, no território existem muitas associações, cooperativas e entidades de caráter representativo que desempenham suas atividades na região e tem como objetivo a melhoria das condições de vida, principalmente, no campo.

Na análise das ações e documentos elaborados pelos agentes sociais organizados

que atuam no Território em foco, percebe-se que a participação da sociedade civil se dá principalmente com o crescimento e fortalecimento do associativismo nos municípios do Território do Sisal com destaque para aquelas de natureza mais comunitárias e/ou produtivas.

Na abordagem territorial, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL foi criado em 2002 como instrumento de formulação e de implementação de políticas públicas reunindo representações da sociedade civil e do poder público.

A criação do Conselho teve como finalidade a inclusão de programas e projetos numa perspectiva territorial, ampliando e aproximando os gestores públicos, considerados como ausentes nos debates e nas ações de tentativas de promoção de um desenvolvimento sustentável (CODES SISAL, 2010).

Figura 5 - Emblema do CODES SISAL



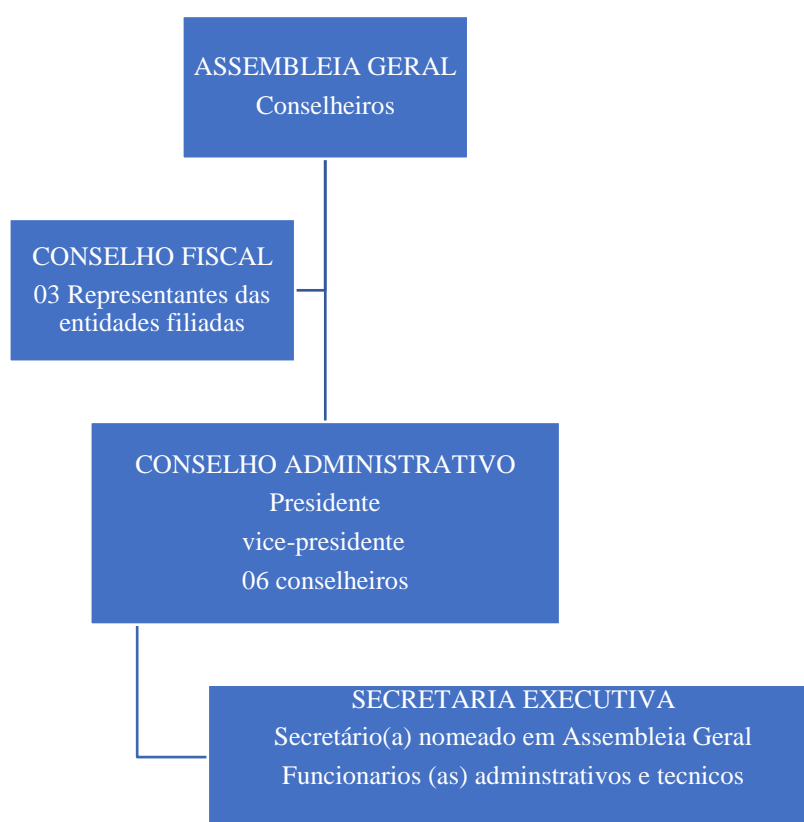
Fonte: CODES SISAL (2018)

Com sede na cidade de Valente/BA, a entidade está localizada na Rua Pedro Manoel da Cunha, 61, centro. A estrutura do CODES SISAL é composta por um Conselho de Administração (com oito membros), Conselho Fiscal (com três titulares e três suplentes) e Secretaria Executiva. Em termos práticos, as atividades consultivas/deliberatórias são propostas pelo Colegiado Territorial na Assembleia-Geral Ordinária (AGO). A Assembleia Geral é formada por um representante de cada entidade/ instituição da sociedade civil organizada e pública filiada e suas deliberações são sempre por maioria simples, podendo ser convocada em regime ordinário ou extraordinário.

Segundo os técnicos consultados, o CODES SISAL é composto por entidades/ instituições urbanas, rádios comunitárias, movimento de mulheres, escolas família agrícola, agricultores familiares, sindicatos de trabalhadores do serviço público federal, de

trabalhadores das indústrias, órgãos federais, órgãos estaduais, cooperativas de apicultores, de beneficiamento e comercialização de caprinos, de produção, universidade, organizações que prestam assistência técnica e consultoria e prefeituras. Porém, foi destacado que seria necessário ampliar a participação porque nem todas as representações de entidades/instituições da sociedade civil organizada e públicas existentes no Território estão contribuindo para o debate do desenvolvimento sustentável.

Figura 6 - Estrutura organizacional do CODES SISAL



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CODES SISAL (2018).

Atualmente, o Território do Sisal é representado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), que articula movimentos e instituições sociais do território no sentido de apoiar o desenvolvimento do território por intermédio do fortalecimento dos pequenos negócios existentes ou criação de novos empreendimentos nos setores produtivos da cultura do sisal.

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos de estudo desse trabalho, percebeu-se que o CODES SISAL tem como missão, contribuir para o fortalecimento da

agricultura familiar, da educação no campo, da preservação do meio ambiental, priorizando o desenvolvimento integral, participativo e sustentável do Território Sisal, através da articulação das representações da sociedade civil e das políticas públicas neste território.

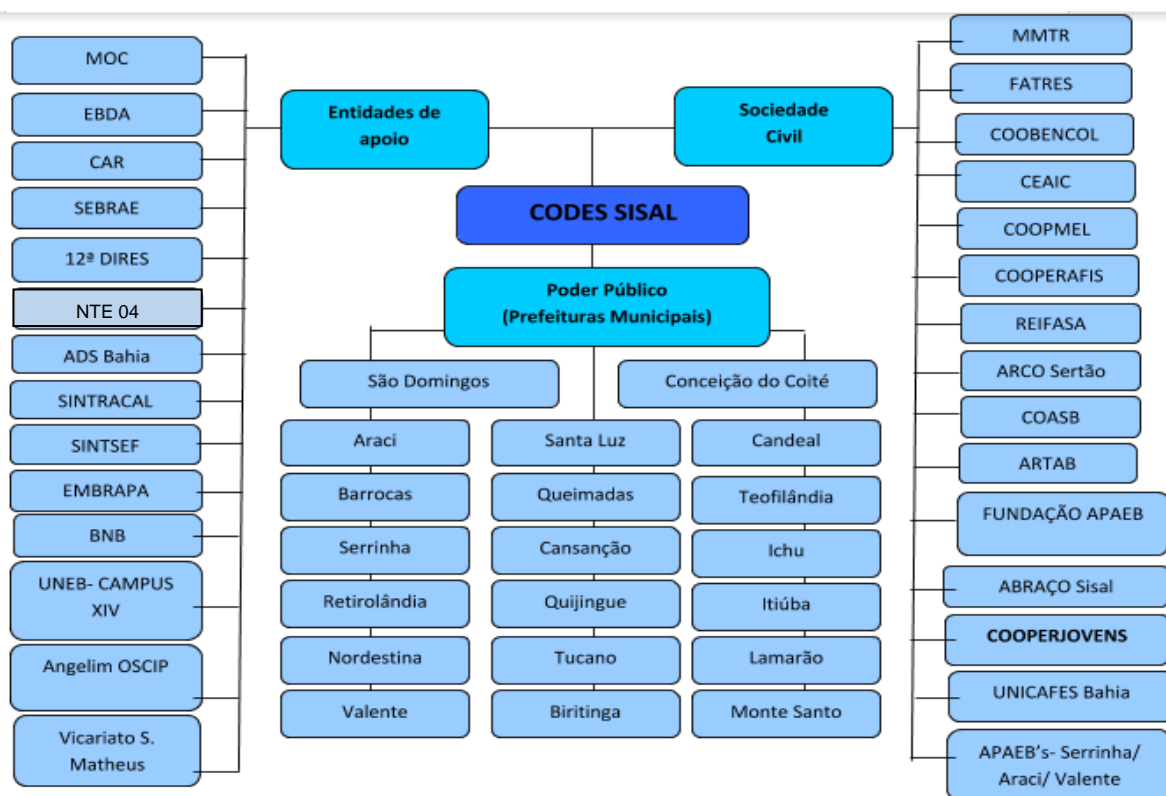
O depoimento de um representante de entidade do movimento social ressalta a sua importância:

O papel do CODES é importante, porque se fica sabendo dos problemas da região, o conselho representa os municípios da nossa região buscando recursos não só no governo federal, mas, também, no governo estadual e em outras fontes; e, facilita o conhecimento das realidades locais buscando a melhoria juntamente com o poder público.

Sobre essa importância, os entrevistados apontaram que o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se como estratégia para o Território já que é capaz de gerar renda, fixar o homem no campo e promover um cultivo orgânico, contribuindo para o uso racional do meio ambiente.

O Colegiado atual do CODES SISAL é formado por 20 representantes de prefeituras, 20 representantes da sociedade civil e aproximadamente 15 instituições de apoio governamentais e não governamentais (CODES SISAL, 2010). O esquema constante na Figura 7 resume a formação da instituição destacando as entidades representativas da sociedade civil.

Figura 7 - Composição do CODES SISAL - 2018



Fonte: CODES, 2010

Pela visão dos atores do território, o plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território do Sisal - PTDRS é o principal instrumento de planejamento de longo prazo e de suporte para a gestão do desenvolvimento Territorial que o CODES SISAL indica as prioridades do Território do Sisal. Elaborado de forma democrática e participativa com amplo apoio de equipes externas de assessoria.

Este documento constitui uma proposta de desenvolvimento sustentável e rural, identificando as potencialidades e desafios, descrevendo as estratégias de ações com vistas à promoção de melhorias sociais – que são trabalhadas – no CODES Sisal, em oito eixos prioritários: 1) agricultura familiar; 2) saúde; 3) educação para a sustentabilidade; 4) infraestrutura; 5) comunicação; 6) geração de trabalho e renda; 7) cultura; e, 8) meio ambiente. Com a definição dos eixos prioritários são formados Grupos de Trabalho (GTs), que delineiam as ações e os programas com base nas demandas sociais.

Segundo os entrevistados, os programas e projetos são estabelecidos a partir dos eixos temáticos indicados após interpretação dos diagnósticos e dos estudos das possibilidades econômicas e devem ser compostos de ações das mais variadas e combinadas.

O trabalho do CODES é de grande importância. É o melhor lugar para possibilitar a

participação da sociedade civil. Dentro do CODES é elaborado um plano de desenvolvimento territorial. Dentro desse plano existem eixos temáticos. O CODES só tá precisando divulgar suas ações, porque isso ainda está muito escondido. (representante do MMTR)

Quando foram questionados sobre como a organização concebe o desenvolvimento territorial, os entrevistados relataram que o Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDS) do Território do Sisal é um documento que visa melhorar os níveis de qualidade de vida dos agricultores familiares e comunidades rurais, com o apoio das iniciativas dos atores locais organizados. O desenvolvimento territorial deve interagir com o contexto histórico do território, discutindo as demandas ligadas à gestão social e com isto direcionar os projetos específicos do território, nas áreas de infraestrutura territorial, capacitação, apoio às iniciativas de comércio e desenvolvimento de negócios, apoio às entidades associativas e cooperativas.

Com o desafio de desenvolver uma política territorial, a diretoria para o triênio 2016/2018 do CODES SISAL teve entre seus membros 16 representantes territoriais que deverão coordenar o processo de debate e elaboração da política territorial nos próximos 3 anos a partir da demanda da sociedade civil, sobretudo dos movimentos sociais, discutindo as políticas públicas com os gestores locais. Além de dar continuidade ao processo de requalificação do PTDS sistematizando estratégias apontadas por entidades territoriais para a promoção do desenvolvimento, através do acesso as políticas públicas. O quadro 2 apresenta a configuração da diretoria para este triênio.

Quadro 2 - Diretoria Triênio 2016/2018 do CODES SISAL

DIRETOR	ENTIDADE – INSTITUIÇÃO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente: Cecilia Petrina de carvalho	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – APLB
Vice-presidente: Iracema de oliveira Nery	APAEB Valente- Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solitário da Região sisaleira
Conselheira: Tania Maria Mota Rios	Prefeitura de Valente
Conselheira: Terezinha Santos Silva	MMTR – Movimento de Mulheres Rurais
Conselheiro: Crisógeno Conceição Carneiro dos Santos	BAHIATER- Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Conselheira: Nayara Cunha da Silva	MOC – Movimento de organização Comunitária
Conselheira: Celia Dourado	CAR/Serrinha - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Conselheira: Cristiana Brito Oliveira	FATRES – Fundação de Apoio a Agricultura Familiar do Semiárido do Brasil
Conselheiro: José Raimundo C. Santos	SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e pequenas Empresas
Conselheira: Maria Eliana Lima dos Santos	FETRAF/BAHIA/CUT – Federação dos trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado da Bahia
Conselheira Suplente: Thais Macedo	Prefeitura Municipal de Cansanção
Conselheiro Suplente: Antonio da Silva Carneiro	Prefeitura Municipal de Ichú
CONSELHO FISCAL	
Titular: Jose Jivaldo Oliveira de Jesus	Prefeitura Municipal de Serrinha
Titular: Eleneide Alves Cordeiro	ARCO SERTÃO – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
Titular: Gerlândio Araujo Lima	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solitário da Região sisaleira – Fundação APAEB
Suplente: Nubia da Silva Oliveira	Prefeitura Municipal de Conceição do Coité

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CODES SISAL (2018)

A diretoria discute coletivamente as demandas que partem das colocações dos representantes das entidades que compõem o Território e são discutidas coletivamente entre os membros do Colegiado.

Uma questão relevante levantada pelos integrantes do CODES SISAL entrevistados é que as ações/deliberações da entidade não é política de governo, ela é uma política da necessidade da população sisaleira “O CODES é um espaço de mobilização social significativo, pois é composta de diversas representações dos municípios em busca de

melhoria no desenvolvimento do Território” (Representante da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal - FATRES).

O Colegiado do Território do Sisal desempenha, entre outros papéis, o de “mediador” dos projetos de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. E de acordo com os entrevistados, coletivamente e de forma paralela, as políticas para o Território intervêm para que os projetos do governo federal vão para o estadual e do governo estadual para as localidades, acompanhando as comunidades. A partir de dados disponibilizados pelo CODES SISAL, o mesmo “não se propõe a ocupar o espaço do poder público nem das organizações sociais, mas a constituir-se no instrumento catalisador das potencialidades técnicas e políticas para implementação do desenvolvimento sustentável no Território”. (PTDS, 2010 p. 13).

O CODES SISAL como campo representativo dentro dos Territórios de Identidade é visto como uma ferramenta de suma importância para a organização da política territorial do Estado da Bahia desenvolvendo grande esforço de informar e conscientizar a população no sentido de despertar o interesse de atuar nas atividades da política estadual.

Quando perguntados qual o principal obstáculo pra o desenvolvimento do território do sisal, os entrevistados destacaram a dificuldade de apoio político, por causa de rivalidades políticas. Para estes agentes, o CODES enfrenta diversos obstáculos na sua atuação passando desde a efetiva participação das prefeituras, a relação agitada entre as principais lideranças da sociedade civil e o poder instituído, até mesmo ser reconhecido como ator legítimo de representação territorial. Sendo que a maioria destas dificuldades pode ser solucionada com a atuação do Estado.

Quando questionados sobre o desenvolvimento territorial rural local, os entrevistados apontaram que a política de desenvolvimento territorial é inovadora, no sentido de chamar a população para participar das discussões sobre a agricultura familiar e infraestrutura do território, a questão da água, unidade de produção, de geração de renda.

Fundamentalmente, os agricultores familiares do Território devem optar por uma estratégia agroecológica que prime pela conservação do meio ambiente e pela diversidade da produção. Na criação de animais, além dos tradicionais rebanhos bovino, caprino e ovino, outra opção que constitui meio de garantia do aumento da renda é a existência dos pequenos animais como aves, suínos e a apicultura, já desenvolvidas, mas que necessitam de valorização comercial e estratégias de aumento da produção.

Perante as observações feitas pelos entrevistados percebe-se que o Território executou uma série de iniciativas que resultaram em ações concretas na vida do/a agricultor/a

familiar. O desenvolvimento rural sustentável, dentro da abordagem territorial, depende da atuação e da organização social dos diversos atores presentes no território.

Quando se aborda o desenvolvimento rural sustentável em nosso Território podemos citar várias ações em prol da Convivência com o Semiárido. Exemplo disto posso citar o acesso ao crédito agrícola (PRONAF), a produção familiar através do beneficiamento de frutas e fabrico de doces, negociações para a aplicação de investimentos dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual. (Representante do FATRES)

Para outro entrevistado, a efetividade das ações em prol da Convivência com o Semiárido acontece com a organização da sociedade civil, conforme segue:

Para combater a situação de estagnação no meio rural, os trabalhadores rurais devem se mobilizar e formar parcerias para discutir iniciativas e estratégias que possam contribuir no acesso e garantia dos direitos básicos e desenvolvimento local da região. (Representante do CAR/Serrinha)

Para os entrevistados, a região sisaleira tem forte poder de organização e teve ao longo de sua trajetória de lutas e reivindicações o apoio marcante de entidades como o Polo Sindical, a FATRES e o MOC, atuando com assessoria técnica, capacitação, formação de lideranças e discussões sobre desenvolvimento territorial local sustentável.

Quando perguntados sobre as atividades realizadas pelas entidades, os representantes destacaram, entre outras, a oferta de cursos de capacitação. São cursos oferecidos em parceria com o poder público e com outras entidades da sociedade civil organizada.

A partir das informações obtidas pelas entrevistas realizadas, evidencia-se um aumento considerável do associativismo, sindicalismo e cooperativismo, possibilitando o fortalecimento das organizações representativas na divulgação de práticas envolvendo o uso de técnicas adequadas, de tecnologias sociais e de estímulo à diversificação produtiva na agricultura familiar.

Sob o ponto de vista estratégico, atualmente existem algumas experiências de organizações sociais e programas/projetos governamentais que se ligam e complementam. São elas (NASCIMENTO, 2008 p. 14; MOC, 2010)

- Programa de Água e Segurança Alimentar (acesso e qualidade da água para consumo e produção via cisternas e política de recursos hídricos);
- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (assistência técnica, estímulo à organização e ao protagonismo local, difusão de técnicas agroecológicas, acesso ao

crédito e agro industrialização e comercialização solidária);

- Programa de Comunicação (capacitação para cobertura jornalística no semiárido, fortalecimento da comunicação comunitária e institucional das organizações sociais e produção de veículos próprios de comunicação);
- Programa Criança e Adolescente (ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI);
- Programa de Educação de Adultos (educação continuada, incentivo à leitura e formação de monitores para o PETI);
- Programa de Gênero (organização das mulheres); e
- Programa de Políticas Públicas (capacitação de conselheiros municipais, fortalecimento da sociedade civil, incentivo à criação de instrumentos de gestão e capacitação de jovens para as áreas da educação, saúde e economia rural).
- Programa Progredir (plano de ações do governo federal para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único).

Dentre estes, o foco de maior atenção nas políticas de desenvolvimento territorial sustentável no território sisaleiro está pautado em 4 (quatro) programas:

- a) o Programa de Água e Segurança Alimentar, que engloba ações tais como o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), incorporado pelo MDS, como ação do governo federal e Parceria entre MDS, BNDES e instituições não governamentais que financiam mais tecnologias de convivência com Semiárido e fortalecimento da produção da agricultura familiar;
- b) o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que atua junto às políticas públicas de crédito e capacitação para a agricultura familiar como o ações de fortalecimento da agricultura familiar nos territórios é o Plano Safra Territorial;
- c) o Programa de Comunicação, que tem uma preocupação em difundir novas perspectivas de vida no semi-árido baiano;
- d) e o Programa de Políticas Públicas, que enfatiza a necessidade das organizações sociais trabalharem com base em planos estratégicos.

Diante de tais formulações fica evidente que um dos pilares básicos da política territorial adotada no território do sisal é o enfrentamento da pobreza rural e das disparidades regionais, principalmente através de políticas públicas apropriadas ao enfrentamento da aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infraestrutura física e social básica, etc.

A partir de dados disponibilizados pelo CODES SISAL, percebe-se os movimentos da sociedade civil organizada no Território do Sisal apoiam diversos programas do Governo Federal (como, o Projovem Saberes da Terra, o Agro amigo do BNB, e o Minha Casa, Minha Vida), do Governo da Bahia (como, o Semeando Renda, o Sertão Produtivo, e o Programa Todos pela Alfabetização), e de ONGs (como, os Projetos das Cisternas da ASA e o Baú de Leitura/MOC). Os principais parceiros das Associações são órgãos governamentais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), com destaque para projetos na área de armazenamento de água (cisternas), de acesso (poços artesianos) e distribuição (pequenos sistemas de derivação de adutoras).

Dentro deste processo existe uma prática educativa de formação comunitária, política e organizacional com o objetivo de acompanhar as organizações comunitárias e associações, os cursos de formação e de geração de renda para os pequenos agricultores e produtores do município que contribuiu de maneira significativa para a formação de sujeitos envolvidos, em sua maioria, em associações, grupos comunitários, como agentes comunicadores, pequenos produtores e na formação de novas lideranças.

O processo de planejamento e gestão das políticas visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Território do Sisal, estimulados e coordenados pelo CODES Sisal, resultou na elaboração participativa do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDS. (CODES SISAL, 2010)

O Quadro 3 descreve as políticas efetivadas na área dentro do Território do Sisal.

Quadro 3 - Dimensões do Desenvolvimento, Eixos e Programas das políticas efetivadas na área dentro do Território do Sisal

DIMENSÃO	EIXOS	PROGRAMAS
Econômica	Fortalecimento da agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do sistema produtivo do sisal; - Desenvolvimento da ovinocaprinocultura; - Desenvolvimento da Apicultura; - Fortalecimento da produção artesanal de sisal; - Exploração e beneficiamento de pedras e outros minerais; - Acesso e permanência na terra; - Aquisição de equipamentos, locais e veículos para viabilizar a comercialização dos produtos dos empreendimentos da agricultura familiar; - Comercialização dos produtos dos empreendimentos da agricultura familiar; - Capacitação dos agricultores familiares; - Formação, capacitação e qualificação de mulheres para consolidar seus processos produtivos.
	Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Esgotamento sanitário; - Eletrificação rural; - Conservação de Rodovias; - Moradia popular e produção; - Construção de barragem, - Recuperação e instalação de poços artesiano; - Estruturação e Funcionamento do Centro Tecnológico do Sisal; - Programa de construção de cisternas; - redes de tratamento e distribuição e de manutenção dessas redes.

Sociocultural	Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das entidades de comunicação; - Fortalecimento dos movimentos sociais; - Formação de lideranças para o desenvolvimento territorial; - Realização de eventos de formação, mobilização e articulação de atores locais e gestão social
	Educação para sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Educação do campo integral; - Formação de Professores; - Ampliação das ações sócio-educativas de convivência e complementares à escola – educação integral; - Espaços de Leitura; - Acesso ao ensino superior; - Educação no campo: MOVA-Sisal – tecendo com a fibra, alfabetização e cidadania; - Programa de educação em áreas de reforma agrária: Qualificação educacional em assentamentos; - Construção de Escola Família Agrícola de Ensino Médio; - Educação de jovens e adultos: Educação para a solidariedade
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e Qualificação do atendimento a saúde: Mais saúde
	Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento da Cultura Sertaneja: Sistema Territorial de Cultura - Resgatar e valorizar o saber popular, através da participação e controle social e contribuir para uma melhor qualidade de vida.

	Geração de Trabalho e Renda	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do associativismo/cooperativismo; - Dinamização econômica e fortalecimento da capacidade social e produtiva de famílias de baixa renda no Território do Sisal; - Formação Profissional para a Geração de Renda; <p>Provimento de créditos do PRONAF no território com assistência técnica adequada: implantação de fundo rotativo, utilização de crédito rural e garantia de investimentos (cooperativas de crédito) para financiar a pequena propriedade rural ou a ocupação rural agrícola e não agrícola, permitindo a redistribuição da renda.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de apoio às atividades não-agrícolas;
Ambiental	Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Educação ambiental; - Irrigação em áreas de plantio; - Coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos e líquidos: Aterra Território; - Combate à desertificação: Recuperação de áreas degradadas; - Programa de Manejo da Agrobiodiversidade; <p>Recuperação da Bacia do Itapicuru.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CODES SISAL (2010 p. 56)

Todavia, para que as iniciativas territoriais de desenvolvimento rural sustentável no Território do Sisal seja efetiva, há que se levar em conta a mobilização e articulação dos atores sociais locais, tendo em vista a experiência de Convivência com o Semi-Árido acumulada tanto pelas organizações governamentais como não-governamentais.

A conjuntura desenhada para o CODES SISAL indica que os desafios são muitos para consolidar a estratégia do desenvolvimento territorial sustentável. Diante disto, percebe-

se que apesar das dificuldades, o Território do Sisal requer um processo de gestão com programas, projetos, metas e recursos, em torno do avanço do desenvolvimento sustentável. São significativos os resultados e os benefícios no campo da geração de postos de trabalho, de rendimento, bem como na fomentação do desenvolvimento local e da preservação do meio ambiente.

As informações obtidas através da realização da pesquisa também levam a compreender que as políticas públicas de desenvolvimento territorial beneficiam famílias que estão estabelecidas de forma limitadas nas cadeias produtivas e mercado de trabalho. Outro fato apontado é a necessidade de se ter uma participação maior do poder público representado pelas prefeituras municipais com relação a política de abordagem territorial.

Neste sentido, para promover a transformação no Território do Sisal, sob uma nova concepção do espaço geográfico e de organização representado pelos arranjos socioprodutivos intermunicipais, é necessário ampliar a atuação da sociedade civil, com intuito de direcionar esforços mais expressivos para a gestão e acompanhamento das políticas no âmbito local, com vistas a possibilidade de mudanças mais concretas na dinâmica sócio espacial do Território do Sisal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais se fazem presente na sociedade brasileira atual e no Território do Sisal. Situado na região semiárida da Bahia, este território se destaca pela presença da sociedade civil organizada, que exerce um papel importante na dinâmica espacial, uma maneira encontrada pela população, diante das dificuldades econômicas e sociais, para promover melhorias no contexto social.

A política de Desenvolvimento Territorial tem o propósito de adequar às ações governamentais de acordo com a necessidade de cada território, de oferecer alternativas inovadoras para buscar o desenvolvimento. Entretanto, deve-se ter o conhecimento que apenas a mudança do enfoque governamental, privilegiando o local ou o território não implica necessariamente em desenvolvimento. A sociedade civil organizada pode e deve construir uma força que impacte nas decisões do Estado.

As reflexões aqui expostas pretendem repensar o conceito de políticas públicas no Desenvolvimento Local Sustentável. Atualmente, o sucesso de uma comunidade depende da sua habilidade em se adaptar à dinâmica local, nacional e internacional da economia de mercado. As principais linhas de ação da sociedade civil organizada nos espaços decisórios giram em torno de iniciativas nas áreas da agricultura familiar, educação, saúde, infraestrutura, cultura e comunicação.

De acordo com o foi apresentado, morar no semiárido não é uma limitação para a vida na região do sisal, as pessoas conseguem sim sobreviver de forma digna e ter uma boa qualidade de vida nessa região, se houver uma organização, uma participação coletiva e o uso dos recursos que sejam favoráveis ao clima do local. E com a ajuda de organizações, movimentos e outras instituições que trabalham em parceria com a sociedade civil organizada, conseguem benefícios para a região, insistem em alternativas que permitam uma convivência harmônica com o semiárido, aproveitando as suas potencialidades.

Diante das leituras, pode-se afirmar que no Território do Sisal é por excelência um lugar de intensa atuação de organizações sociais em que associações, cooperativas, grupos de trabalho, sindicatos, organizações de mulheres, dentre outros atuam buscando o crescimento econômico e social envolvendo esforços e recursos de ordem pública e privada e de programas governamentais visando o desenvolvimento sustentável do meio rural e a luta pela exclusão. Nesta estrutura, o município de Valente apresenta as principais experiências de implementação de políticas socioeconômicas que visam a melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores, através de formas criativas e sustentáveis, com experiências

inovadoras, com a participação da população local e sua articulação.

A pesquisa realizada demonstrou que o desenvolvimento econômico local não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Neste sentido, o CODES SISAL é uma entidade de articulação e mobilização territorial do diálogo social que surgiu do todo o processo de luta no Território do Sisal, sobretudo, dos movimentos sociais, cabendo aos representantes das entidades presentes no conselho a operacionalizarem as ações em cada município.

A sociedade civil organizada do Território do Sisal discute no CODES-SISAL a gestão dos recursos econômicos, analisando a melhor localização para investir determinados benefícios conquistados através da política territorial. A instituição tem papel fundamental na articulação entre os atores públicos e entidades da sociedade civil, de discutir as políticas públicas com os gestores locais com o desafio de proporcionar visibilidade à agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável com a potencialização de técnicas que favorecem a produtividade no semiárido sem trazer prejuízos aos recursos locais.

Na análise ficou evidente que no Território do Sisal há a forte presença dos STRs (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) que têm um papel vital na mobilização (e na articulação) social indo além da sua característica principal de representar a categoria dos trabalhadores rurais. O estudo demonstrou ainda como a organização da sociedade civil pode consolidar mudanças sociais e econômicas, mesmo num contexto de controle político local.

Mesmo com todos os problemas e resistências culturais e organizacionais, cada vez mais a área de desenvolvimento territorial assume papel fundamental na implementação de políticas públicas nos territórios. Não há outro caminho possível para melhorar efetivamente a qualidade das políticas públicas de forma sustentável se não pela reunião de esforços dos segmentos da sociedade civil e do poder público, com seus diferentes conhecimentos, saberes e interesses em torno de um projeto comum de desenvolvimento sustentável.

Este estudo analisou dados relevantes sobre a política de desenvolvimento local por meio da sociedade civil organizada trazendo discussões fundamentais na elaboração de políticas públicas territoriais. Revelou que apesar da experiência de articulação/mobilização o Território do Sisal ainda enfrenta a pobreza, a exclusão social e o baixo dinamismo econômico. Do ponto de vista metodológico, o estudo é resultado de uma pesquisa de

natureza aplicada, de abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica, documental e pesquisa de campo realizado por meio de entrevistas semiestruturadas a 5 membros do corpo técnico administrativo do CODES SISAL, descrevendo sua composição e o desenvolvimento rural local.

Concluiu-se, portanto, que foi promovida reflexão acerca das contribuições da sociedade civil organizada do Território do Sisal na implementação de políticas públicas territoriais na região do Sisal visando à inserção social. Com os dados coletados e discussão realizada no transcorrer da elaboração deste trabalho, observou-se a existência de outros aspectos que podem ser utilizados para futuras pesquisas. Os achados deste estudo apresentaram poucos resultados aprofundados sobre o processo de gestão municipal no desenvolvimento local sustentável, o que revela a necessidade de se desenvolver estudos científicos que ajudem a compreender os procedimentos e normas relacionados com a gestão administrativa de políticas públicas territoriais.

Com base nos dados coletados na presente pesquisa, é possível apontar algumas considerações que merece ser analisada e viabilizada porque ampliaria e consolidaria as políticas de desenvolvimento territorial sustentável. Inicialmente observa-se a necessidade de ampliar e fortalecer as Políticas Públicas de Saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, através do saber popular atuando como um dos elementos fundamentais na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população, em especial, do campo. Outra observação feita foi que o incentivo à capacitação do manejo, ao cultivo e à produção de plantas medicinais, aromáticas, fitoterápicos e medicamentos da biodiversidade estabelecem ações que contemplam a Agricultura Familiar como meio de produção de matéria-prima vegetal de qualidade, visando à geração de renda e organização do setor promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Este trabalho, portanto, abre uma proposta de conhecimento para a elaboração de um programa de pesquisa científica, extensão rural e treinamentos técnicos no Território do Sisal, desenvolvendo ações em conjunto com as diversas Secretarias de Estado com o intuito de implementar o desenvolvimento de tecnologias e inovação voltadas às particularidades das plantas medicinais, aromáticas e da Agricultura Familiar em consonância com outras políticas públicas que atendem à demanda do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

O presente trabalho colaborou na compreensão do debate, sem pretensão de esgotá-lo, contribuindo para elucidar o tema fascinante e pouco explorado que é o desenvolvimento local sustentável no Território do Sisal. Pode-se ainda, realizar outros

estudos para ampliar o entendimento sobre os aspectos relacionados ao desenvolvimento territorial nos municípios, analisando o planejamento, a gestão territorial e a ou até mesmo execução do PTDS, e fazer um estudo completo deste campo, desde a definição e execução dos eixos temáticos, programas e projetos, definidas e controladas pelos agentes protagonistas do Território até os aspectos sociais e locais de cada município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

BAHIA. Secretaria do Planejamento - Superintendência de Orçamento Público. **MOP - Manual de Orçamento Público** – 2009. Salvador: SEPLAN/SPO, 2008 Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/20100302_120947_MOP_2009_Internet.pdf. Acesso em: 30 de abril, 2018

BAHIA; SEAGRI, Coordenação de Economia Rural, **O Sisal na Bahia**. Salvador: SEAGRI, 1991.

_____. **Bahia Territórios de Identidade**. 2018. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_identidades. Acesso em 10 de maio, 2018

_____. Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279550> Acesso em: 30 de abril, 2018

_____. Secretaria do Planejamento (SEPLAN/BA). **Plano Plurianual PPA 2012–2015**. Salvador: 2007. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/20120223_175245_PPA_2012_2015_Intenet.pdf>. Acesso em: 20 de abril, 2018.

_____. **Territórios da identidade**. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html. Acesso em: 15 de abril, 2018.

BARRETO, Ranieri Muricy (org). **Bahia 2000-2013** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BELTRÃO, Selma Lúcia Lira.; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. **Novos atores e novas institucionalidades no Território do Sisal (BA): estruturas de poder no contexto das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural sustentável**. C&D-Revista Eletrônica da Fainor, Vitória da Conquista, v.3, n.1, p.132-148, jan./dez. 2010. 10 de maio, 2018.

CODES SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal**. Valente, BA: CODES Sisal, 2010, 112 p.

FAVERO, Celso Antonio. **Os Movimentos Sociais e a Questão do Desenvolvimento**. 2003. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/291/209>. Acesso em: 13 de maio, 2018.

GOMES, Gislene Moreira. **Comunicação, Cultura e Participação: reflexões sobre a construção do desenvolvimento territorial da região Sisaleira da Bahia**. UNIrevista-vol. 1, nº 3: (julho 2006). Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_GGomes.PDF. Acesso em: 13 de maio, 2018.

FLORES, Cintya Dantas. **Território de identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à dinâmica territorial.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia Instituto de Geociências, Salvador: 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19347/1/Territ%C3%B3rios%20de%20Identidade%20na%20Bahia%20-%20Cintya%20Flores%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 13 de maio, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, v.1, 1990, p. 8.

_____. **Divisão Regional do Brasil.** Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1. Acesso em: 20 de abril, 2018.

LIMA, Jamille da Silva. **Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal – BA.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19220/1/LIMA%2C%20J.%20da%20SILVA.pdf>. Acesso em: 13 de maio, 2018.

MATTOS, Fabiana. **Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia.** Disponível em: http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/05/apresentacao_fabiana_mattos.pdf. Acesso em: 13 de maio, 2018.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **A contribuição do MOC para a convivência com o Semiárido** Relatório Anual de Atividades 2010. Feira de Santana, 2010. Disponível em: http://moc.org.br/upload/relatorios/27-04-2011_11_23_11.pdf. Acesso em: 15 de maio, 2018

NASCIMENTO, Humberto Miranda. **A convivência com o semi-árido e as transformações socioprodutivas na região do sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008. <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11869/6945>. Acesso em: 16 de maio, 2018.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade.** 2. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. P. 33 - 39.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de (org.). **RELATÓRIO ANALÍTICO TERRITÓRIO DE CIDADANIA DO SISAL – BAHIA Projeto “Gestão de Territórios Rurais” – CNPq/MDA/SDT N° 05/2009.** Ministério Do Desenvolvimento Agrário – MDA/ Secretaria De Desenvolvimento Territorial – SDT, Feira de Santana – setembro, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra043.pdf>. Acesso em: 10 de junho, 2018.

ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José de Souza (org.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**– Brasília: Ipea, 2016.

SANTOS, Milton. (et. al). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento territorial: A experiência do território do sisal na Bahia**. Dissertação (mestrado) em Economia na Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/node/224>. Acesso em: 13 de maio, 2018.

SILVA, Solange Lima da; OLALDE, Alicia Ruiz. **O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL: limites e possibilidades do desenvolvimento territorial**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 6, n. 2, p. 44-71, mai-ago/2010, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/272/191>. Acesso em: 09 de maio, 2018.

SOUZA, Eder Junior Cruz De. **Políticas territoriais do Estado da Bahia: regionalização e planejamento**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia Instituto de Geociências, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19363/1/%C3%89der%20J%C3%BAnior%20Cruz%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 10 de maio, 2018.

SUPORTE GEOGRAFICO. **Mesorregiões do estado da Bahia**. Disponível em: https://suportegeografico77.blogspot.com/2017/07/mesorregioes-dos-estados-brasileiros_68.html. Acesso em: 10 de junho, 2018.

TECCHIO, Andréia. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no território meio oeste contestado (sc)**. Dissertação Mestrado em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina Centro De Ciências Agrárias Programa de Pós-Graduação Em Agroecossistemas. Florianópolis 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99407/310702.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de maio, 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1-ARTICULAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

- 1 – O CODES Sisal representa todas as entidades/instituições do Território?
 - 2 – A representação é sempre a mesma ou é frequente a mudança de representantes? 3 – Como é a atuação da sua entidade/instituição no CODES?
 - 4 – Qual é a estrutura e funcionamento do CODES?
 - 5 – Como a organização concebe o desenvolvimento territorial?
 - 6 – Como a organização contribui para o desenvolvimento territorial?
 - 10 – A organização tem participado do processo de construção do Território do Sisal? Qual o papel e a forma de inserção / participação dela nesse processo? _
-

2- PROBLEMAS E SOLUÇÕES

- 1 – Que problemas dificultam a atuação do CODES?
- 2 – Qual a avaliação do papel do Conselho no processo de elaboração de políticas públicas?
- 3 – Acredita que através do CODES é possível melhorar as condições sociais? De que maneira o Conselho acompanha e constata essa melhora?